

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1003203-74.2018.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Família</b>
Requerente:	<b>Laura Ferrao e outro</b>

**LAURA FERRÃO**, representada por sua genitora Milene Cristina Lopes, requereu a retificação de seu assento de nascimento, a fim de acrescentar ao seu nome o patronímico de sua genitora (Lopes), haja vista ter sido registrada apenas com o sobrenome paterno.

Após requerimento do Dr. Curador de Registros Públicos, determinou-se a citação do genitor da autora.

Citado, Sérgio Samuel Ferrão Júnior apresentou contestação, aduzindo em preliminar a indevida concessão do benefício da gratuidade processual. No mérito, pugnou pela rejeição do pedido, pois o objetivo visado pela autora é se diferenciar de outras pessoas com o mesmo nome, além da satisfação do interesse pessoal de sua genitora.

Manifestou-se a autora.

O Dr. Promotor de Justiça concordou com a retificação pretendida.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

A beneficiária da justiça gratuita é a autora e não sua genitora. Assim, não só em razão de sua condição de absolutamente incapaz, como também pela ausência de prova demonstrando a possibilidade dela arcar com o pagamento das custas processuais, mantenho o benefício da gratuidade processual em seu favor.

O pedido merece procedência, haja vista que a retificação almejada possibilitará maior identificação ao seio familiar materno e a perfeita indicação da identidade da pessoa. Além disso, a tese apresentada pelo genitor da autora, de que o objetivo pretendido com a retificação é evitar eventuais situações de homonímia, também pode ser admitido como justo motivo apto a ensejar a inclusão do nome de família da mãe, pois é notório os percalços causados pela existência de outras pessoas com o mesmo nome.

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Ressalta-se que o sobrenome de origem paterna será mantido, de modo que inclusão almejada não acarretará nenhum prejuízo ao genitor da autora.

Refiro precedentes do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. Acréscimo do patronímico materno. Extinção do processo em razão de existência de coisa julgada. Inexistência de identidade de pedidos. Ação anterior que pleiteava a supressão do sobrenome paterno e a inclusão do patronímico materno. Inocorrência de coisa julgada. Sentença anulada. Inclusão do sobrenome materno. Medida que não causa prejuízo a terceiro, que não encontra óbice legal e não macula os direitos transcendentais da personalidade. Possibilidade. Reforma da sentença com fundamento no art. 515, §3º, do CPC. Recurso provido." (Apelação nº 0019909-80.2012.8.26.0269, 4ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Milton Carvalho, j. 09/05/2013).

"AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO. Objetiva o autor, a inclusão do sobrenome da mãe em seu nome. Sentença de improcedência. Apela o autor, buscando reforma. Aduz que a modificação pretendida em nada prejudica o apelante ou terceiros, dada a sua baixa idade. Insiste haver justo motivo para a inclusão do sobrenome da mãe, já falecida. Cabimento. Retificação de registro civil acréscimo do patronímico materno. Possibilidade. Motivação válida a autorizar a alteração pretendida. Inexistência de óbice legal. Desejável indicação da ancestralidade materna. Precedentes. Inclusão autorizada. Recurso provido." (Apelação nº 0001822-90.2014.8.26.0177, 5ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. James Siano, j. 15/01/2016).

"RETIFICAÇÃO DE ASSENTO - Inclusão de patronímico - Improcedência decretada - Descabimento - Pretensão tão somente de inclusão de patronímico materno, que não encontra óbice na legislação - Requerente que se encontra apenas com um ano de idade - Ausência de prejuízo a terceiros - Recurso provido." (Apelação nº 0005045-78.2012.8.26.0417, 9ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Galdino Toledo Júnior, j. 09/04/2013).

Ademais, não vislumbro a hipótese da inclusão do patronímico materno causar eventual prejuízo social, havendo, inclusive, anuência do Ministério Público.

Diante do exposto, **acolho o pedido inicial**, acrescentando ao nome da autora o patronímico materno, passando-se a se chamar LAURA LOPES FERRÃO.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Sem condenação ao pagamento das verbas sucumbenciais, haja vista tratar-se de procedimento de jurisdição voluntária.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 16 de julho de 2018.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**